

Protocolo 22- 28.009/2024

De: Clelia S. - SPU - CEIV

Para: Representante: KOEDDERMANN CONSULTORIA LTDA

Data: 26/07/2024 às 16:23:32

Setores envolvidos:

SGA - DEPE, SPU - DAP, SFA - CPD, SPU - CEIV, SPU - DAP - ANL, SPU - DAP - ADM, SPU - CEIV - MEM, SPU - DAP - ANL

Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV)

Prezados,

segue parecer final de análise do EIV para providências.

Considerando a versão final do EIV foi protocolada através do Despacho 19_e_28009/2024 e a manifestação do Despacho 21, aguardam-se as complementações para prosseguimento do processo com a emissão do termo de aprovação e do termo de compromisso.

Att.

—
Clelia Witt Saldanha - MATRÍCULA PMBC 40.815

Fiscal de Obras II - SPU Presidente CEIV - Decreto 10.915/2022

Anexos:

PARECER_028_2024_Ed_Luminare_Residence_4_Analise_Prot_28009_2024_Final.pdf

PARECER 028/2024 – CEIV - FINAL
COMISSÃO PERMANENTE DE ANÁLISE DE ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA
(CEIV)

- () Primeira Análise – Parecer nº 015/2024-CEIV – 13/05/2024
() Segunda Análise – Parecer nº 023/2024-CEIV – 27/06/2024
() Terceira Análise – Parecer nº 025/2024-CEIV – 11/07/2024
(X) Quarta Análise – Parecer nº 028/2024-CEIV – 26/07/2024 - FINAL

Processo Administrativo nº: 28.009/2024 (1Doc)

Projeto: Luminare Residencial Raush

Área do lote: 2.648,40 m²

Área construída (projetada): 34.204,05 m²

Número de Pavimentos: 58 pavimentos

Número de Unidades Autônomas Residenciais: 88 (oitenta e oito)

Número de Unidades Autônomas Não Residenciais: 13 (treze)

Vagas de Garagem: 276 vagas privativas para automóveis + 21 vagas privativas para moto + 2 vagas condominiais + 63 vagas para automóveis e 10 para motos no EPP

Endereço: Av. do Estado Dalmo Vieira, esquina Rua 1.451 - Centro

Uso: misto

Zona: ZACC-I-C (Zona de Ambiente Construído Consolidado Qualificado de Alta Densidade)

DIC: 188.444 (Inscrição Imobiliária n.º 01.02.201.0320)

Investimento previsto: 34.204,05 CUB's

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 10.915, de 03 de agosto de 2022 e suas alterações, que dispõe sobre a reformulação da Comissão Permanente que Analisa os Estudos de Impacto de Vizinhança (EIV);

CONSIDERANDO o despacho de 04 de abril de 2024, no protocolo #18183, no sistema Aprova Fácil BC, o qual apresenta a manifestação que o empreendimento proposto "Atende a Legislação Urbanística em Geral", repercutindo na abertura do protocolo e-28.009/2024, que apresentou o respectivo Estudo de Impacto de Vizinhança para o empreendimento de uso misto, denominado Ed. Luminare Residence, requerido por Koeddermann Consultores Associados (CNPJ 17.288.405/0001-70), situado Av. do Estado Dalmo Vieira, esquina Rua 1.451 (DIC 188444), no Centro, enquadrado no Art. 53, inciso II, da Lei Municipal nº 2.794/2008;

CONSIDERANDO o projeto arquitetônico do empreendimento está em tramitação no Departamento de Análise de Projetos (vinculado à Secretaria de Planejamento e Gestão Orçamentária) sob o protocolo #18183, no sistema Aprova Fácil BC;

CONSIDERANDO que a Instrução Normativa 001/2019 – SPU orienta que a atuação da CEIV se restringe a mensuração dos impactos a serem gerados pelo empreendimento e suportados pela vizinhança de carácter meramente opinativo;

CONSIDERANDO que o projeto arquitetônico do empreendimento está em tramitação no Departamento de Análise de Projetos (vinculado à Secretaria de Planejamento e Gestão Orçamentária) sob o protocolo nº #18183, no AprovaFácil BC, com deferimento em 08/04/2024, no que diz respeito ao projeto atender a legislação urbanística geral, em cumprimento ao art. 7º, da Instrução Normativa n.º 001/2019, da SPU, de 29/08/2019. A Comissão realizou as análises emitiu os pareceres de 1ª análise – Parecer nº 015/2024-CEIV, em 13/05/2024; de 2ª análise – Parecer nº 023/2024-CEIV, em 27/06/2024; de 3ª análise – Parecer nº 025/2024-CEIV, em 11/07/2024; e, por fim esta comissão está emitindo este parecer final opinando pelo atendimento da Lei Complementar nº 24/2018 quanto a mensuração dos impactos a serem gerados pelo empreendimento e as correspondentes medidas mitigadoras e compensatórias. No exercício de sua competência opinativa, a Comissão avaliou a Matriz de Impactos e as medidas propostas que deverão ser incluídas no Termo de Compromisso a ser assinado pelo empreendedor junto ao Poder Executivo. Após a análise de toda a documentação contida no Estudo de Impacto de Vizinhança e suas complementações a Comissão Permanente de Análise dos Estudos de Impacto de vizinhança opina que poderá ser considerado apto o Estudo de Impacto de vizinhança, exclusivamente em relação aos impactos gerados pelo empreendimento, e que serão suportados pela vizinhança, desde que atendida as condicionantes abaixo relacionadas:

MEDIDAS MITIGADORAS DURANTE A IMPLANTAÇÃO:

1. Realização de Trabalhos de educação ambiental com os funcionários da obra, para sensibilização quanto a redução do consumo de água, evitando o desperdício;
2. Implantação de sistema de captação e reutilização de água da chuva na obra;
3. Priorizar a instalação e utilização de equipamentos econômicos de água;
4. Execução de Plano de Gerenciamento de RCC, com objetivo garantir a correta segregação, acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte e destinação final;
5. Capacitação para colaboradores sobre os procedimentos de separação, acondicionamento e transporte de resíduos;
6. Destinação dos resíduos à empresa licenciada para o transporte de resíduos e destinação final em áreas licenciadas;
7. Aplicação do Programa de Conscientização Ambiental, com objetivo de reduzir o consumo de recursos naturais na obra, bem como outros desperdícios durante a implantação e assuntos

de meio ambiente;

8. Os efluentes sanitários gerados no canteiro de obras serão encaminhados, desde o início das atividades, à rede coletora municipal e tratados pelo município por meio da Empresa Municipal de Água e Saneamento - EMASA;

9. O efluente líquido gerado nas concretagens, uso de argamassas, lavação de ferramentas e das caixarias sujas com argamassa, areia, concreto e afins, deverá ser destinado a um sistema específico para decantação, com objetivo de tornar o efluente apto ao reuso na obra para umidificação do solo, lavagens em geral e despejo na rede de drenagem pluvial municipal.

10. Os resíduos sólidos e/ou lodo gerados deverão ser destinados como resíduos da construção civil - RCC Classe A caso não haja tratamento químico no sistema. E como resíduo contaminado Classe D caso haja tratamento químico, sendo coletados e destinados por empresa especializada e licenciada e gerado o Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR) no Sistema do IMA sempre que forem coletados;

11. Os efluentes perigosos contendo tintas, solventes, óleos e outros ou aqueles contaminados ou prejudiciais à saúde, devem ser destinados a sistemas específicos de decantação, para lavação de materiais contaminados, para reutilização da água exclusivamente na lavação de materiais e ferramentas também contaminados. Após não ser mais possíveis reuso para lavação e materiais e ferramentas contaminados, este efluente deve ser coletado e destinado por empresa especializada e licenciada, devendo ser gerado o Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR) no Sistema do IMA sempre que for coletado. O lodo gerado neste sistema deverá ser gerido como resíduo da construção civil - RCC contaminado Classe D, sendo coletados e destinados por empresa especializada e licenciada e gerado o Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR) no Sistema do IMA sempre que forem coletados;

12. Lavagem das rodas dos veículos que estiverem sujas com barro, evitando que espalhem barro nas vias do entorno;

13. Cobrimento com lonas os caminhões para evitar a queda de resíduos nas vias;

14. Realização de varrição das vias sempre que houver carreamento do solo o entorno;

15. Implantação de sistema de captação e reutilização de água da chuva na obra;

16. Aplicação do PGRCC, com objetivo garantir a correta segregação, acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte e destinação final;

17. Capacitação para colaboradores sobre os procedimentos de separação, acondicionamento e transporte de resíduos;

18. Destinação dos resíduos à empresa licenciada para o transporte de resíduos e destinação final em áreas licenciadas;

19. Aplicação do Programa de Conscientização Ambiental, com objetivo de reduzir o consumo de recursos naturais na obra, bem como outros desperdícios durante a implantação e assuntos

de meio ambiente;

20. Cumprimento às condições apresentadas na Lei Municipal nº 2377/2004, além da norma ABNT NBR 10.151:2019;

21. Realização de manutenção periódica do maquinário como, por exemplo, a lubrificação dos equipamentos conforme a recomendação do fabricante;

22. Instalação de tapumes a fim de reduzir a propagação do ruído;

23. Após a execução da laje do térreo, implantar a área de equipamentos ruidosos (serras de madeira, ferro, etc) do canteiro de obras no interior da edificação a fim de amenizar a propagação de ruídos;

24. Realizar manutenção periódica em equipamentos e maquinários ruidosos;

25. A circulação e o estacionamento de veículos pesados e a operação de carga e descarga no empreendimento deverão estar em conformidade com o Decreto Nº 4.020/2004 (BALNEÁRIO CAMBORIÚ, 2004);

26. As manobras e operações de carga e descarga de materiais deverão ocorrer, na sua maioria, dentro do lote, ou seja, no canteiro de obras. Portanto, haverá o cuidado de não permitir o estacionamento em locais indevidos para a carga e descarga de materiais;

27. Limpeza dos pneus dos veículos na saída do canteiro de obras, quando couber;

28. Limpeza das vias públicas, se ocorrer sujeiras decorrentes da obra;

29. Cobertura dos caminhões e automóveis que transportam materiais soltos com lonas;

30. Elaboração de Estudo Cautelar para registro das condições das vias do entorno (atual, antes do início da obra/demolições/supressão de vegetação, etc.) em até 30 dias após a assinatura do Termo de Compromisso, com apresentação através de protocolo à CEIV;

31. Após a conclusão da obra, os danos causados à infraestrutura viária (drenagem, pavimentação, sinalização e outros elementos da via) serão reparados pelo empreendedor, se tiverem sido causados por ele;

32. Reserva de área interna ao lote para estacionamento de bicicletas e motocicletas dos colaboradores ao longo da fase de implantação;

33. Implantação de área interna ao lote para manobras e operação de carga e descarga referente aos veículos pesados que transportarão materiais e insumos até a obra;

34. Organização no cronograma de chegada dos veículos pesados, evitando que ocorra a chegada simultânea de veículos;

35. Fomento ao uso de bicicletas como meio de transporte dos colaboradores ao longo da obra, reforçando aspectos como saúde, economia e pelo fato de atualmente existir infraestrutura cicloviária no entorno do local do empreendimento, garantindo segurança;

36. Caso haja interrupções no tráfego da via, que exija um desvio de tráfego de veículos,

pedestres e/ou ciclistas, será implantado sinalização adequada para orientação do tráfego, respeitando as diretrizes do Manual de Sinalização Temporária de Obras do CONTRAN (Volume VII);

37. Caso seja feita a utilização de veículos que possam vir a interferir no fluxo viário, mesmo que de maneira parcial ou temporária, será notificado a Autarquia Municipal de Trânsito - BC Trânsito, com no mínimo 48 horas de antecedência. Será também feita a obtenção prévia da Autorização Especial de Trânsito (AET) junto aos órgãos de trânsito competente;

38. Instalação de telas de proteção sobre os caminhões com resíduos;

39. Instalação de telas de proteção no entorno da obra, conforme as normas técnicas, para a redução da emissão de partículas pela incidência de ventos;

40. Limpeza constante das vias do entorno, com varrição e se necessária a lavagem, evitando a propagação de poeiras;

41. Aplicação de irrigação dos locais e dos serviços causadores de poeira;

42. Lavação de veículos e maquinários nas saídas de ambientes com solo exposto, principalmente na fase de movimentação de terra e fundações;

43. Realizar manutenção periódica e preventiva em veículos e equipamentos emissores atmosféricos;

44. Priorizar que as viagens de carga durante a fase de implantação ocorram fora do horário de pico do meio-dia, ou seja, entre 11:00 e 13:00;

45. Organizar as viagens de carga durante a obra de forma que não ocorram simultaneamente, sendo espaçadas ao longo do tempo, a fim de impedir fluxos de veículos de carga concentrados em pequenos períodos;

46. Implantação de dispositivos de sinalização e alerta luminoso e sonoro junto as saídas e entradas de veículos em trabalhos na área;

47. Priorizar o recrutamento de trabalhadores do município de Balneário Camboriú e região próxima;

48. Oferecer vaga de estágio;

49. Priorizar a compra de materiais de fornecedores da região próxima.

Medidas Mitigadoras Durante a Operação:

50. Realizar manutenções periódicas, especificamente em relação ao sistema hidrossanitário, com objetivo de manter o sistema em bom estado de funcionamento, a fim de evitar vazamentos durante o funcionamento do empreendimento;

51. Aplicação do Programa de Conscientização Ambiental para os moradores, com objetivo de reduzir o consumo de água pelos usuários do empreendimento, bem como outros desperdícios

e assuntos de meio ambiente;

52. Utilização de equipamentos econômicos de água, tais como torneiras automáticas e com arejadores, peças sanitárias de baixa vazão, caixa de descarga "dual flush", medidores individuais de água;

53. Utilização do sistema de captação e reutilização de água da chuva, para usos não potáveis (limpeza de garagens, calçadas, terraços, molhar jardins, etc);

54. Elaboração e execução do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, específico para o empreendimento em questão, apontando e descrevendo ações relativas ao manejo dos resíduos sólidos, contemplando os aspectos referentes à redução da geração, segregação, acondicionamento, transporte e destino final, bem como as ações de proteção à saúde pública e ao meio ambiente;

55. Implantação de lixeiras de reciclagem em área comum;

56. Aplicação do Programa de Conscientização Ambiental para os moradores, com objetivo de incentivar a disposição/separação correta dos resíduos, bem como, para evitar desperdícios e, outros assuntos de meio ambiente;

57. Uso de sinalização indicativa para os usuários do empreendimento, em relação ao descarte correto dos resíduos;

58. Implantação de um reservatório contenção de águas pluviais, localizado no pavimento térreo, com 44.20 m³, para mitigar a área impermeabilizada pela construção do imóvel e reduzir o risco de alagamentos, uma vez que ele atrasa o despejo das águas pluviais na rede pública de drenagem;

59. Implantação de sistema de coleta, armazenamento e utilização de águas pluviais para usos não potáveis (rega de jardins, lavagem de calçadas, garagens, etc), composto por reservatório de reaproveitamento de 13 m³, localizado no pavimento garagem;

60. No ponto de acesso de veículos reservar um espaço de acomodação para um veículo aguardar enquanto ocorre a abertura do portão, fora da largura livre do passeio público. Esse recuo garante que não ocorram interrupções no tráfego da Rua 1451 enquanto há a entrada e saída de veículos do estacionamento;

61. Instalação de dispositivo de alerta, luminoso e sonoro, nos portões de acesso de veículos, visando melhorar a segurança viária no local;

62. Instalação de placa de advertência junto ao portão de entrada, indicando a altura máxima permitida de veículos, visando melhorar a segurança viária no local;

63. Além da implantação de área interna ao empreendimento para o estacionamento de bicicletas, fomentando o uso desse modo de transporte, o empreendedor se compromete a realizar Projeto Executivo viário para a implantação de ciclofaixa da Rua 1401, no trecho entre a Av. do Estado e a Av. Brasil, a fim de que o município faça a implantação dessa

infraestrutura quando melhor couber. A execução desse projeto constará no Termo de Compromisso e será apresentado em até 30 dias após a aprovação da versão final do EIV;

64. Devido a deficiência da sinalização viária do cruzamento da Rua 1451 com a Rua 1919, o empreendedor se compromete em realizar o pagamento de nova sinalização viária vertical de "PARE" (2 placas R-01) no respectivo cruzamento, bem como pintura de linha de retenção e pictograma "PARE" para as duas pistas de aproximação da Rua 1919;

65. Aquisição e instalação de equipamento (01 nobreak semafórico e 01 instalação) em cruzamento semaforizado. O nobreak semafórico será compatível com o controlador semafórico utilizado no município. Quando da implantação, será solicitado à Autarquia Municipal de Trânsito - BC Trânsito, a definição do local para torná-lo integrado ao Sistema Antares - Central de Controle e Comando Semafórico. O cruzamento semaforizado que será instalado esses equipamentos deverá ser na Área de Influência Direta (AID) do empreendimento e deverá ser entregue a Autarquia Municipal de Trânsito - BC Trânsito em até 30 dias após a assinatura do Termo de Compromisso (TC);

66. Implantação de dispositivos de sinalização e alerta luminoso e sonoro junto as saídas e entradas de veículos;

67. O empreendimento contará com 273 vagas de estacionamento para veículos na área residencial, sendo o obrigatório por lei o total de 202 vagas;

68. Implantação de Bicicletário/Oficina de 40,21m², o qual está localizado no térreo (interno);

69. Implantados de paraciclos de uso público junto ao passeio do empreendimento, no total de 4 vagas. Será utilizado o projeto padrão de paraciclos da Secretaria de Planejamento Urbano, de acordo com o TIPO II do Manual de Sinalização Cicloviária do CONTRAN (Volume VII);

70. O EPP permitirá que visitantes da edificação estacionem sem causar transtornos e demanda nas vias públicas. Além disso, a vaga de carga e descarga e de embarque e desembarque irá suprir demandas das salas comerciais e da edificação residencial;

71. Todas as vagas serão sinalizadas respeitando e cumprindo as seguintes referências:

- Dimensões e sinalização das vagas gerais (simples, carga/descarga) de automóveis e motociclistas deverão respeitar os Manuais de Sinalização Vertical e Horizontal do Contran (Volume I e IV), regulamentados pela Resolução Contran nº 973/2022;
- Dimensões, sinalização e numeração das vagas PNE e de idosos (automóveis) deverão respeitar a Resolução Contran nº 965/2022 e anexos;
- Dimensões e sinalização das vagas para bicicletas deverão respeitar o Manual de Sinalização Cicloviário do Contran (Volume VIII), regulamentado pela Resolução Contran nº 973/2022.

Todas as placas serão em ACM e Película Refletiva grau técnico prismático, com

impressão digital 1200 x 1200 dpi's, com aplicação de overlay, anti UV, na cor padrão Munsell com pintura eletrostática, conforme Manuais/Resoluções do Contran e normas ABNT NBR 16.179/21, NBR 14.644/21, NBR 14.891/21 e NBR 14.890/21.

72. Disponibilização de kits de primeiros socorros na recepção do empreendimento;
73. Disponibilização de áreas de lazer exclusivas em pavimentos destinados a esta finalidade;
74. Realização do pagamento de nova sinalização viária vertical (2 placas A32b) na travessia elevada de pedestres da Av. do Estado, esquina com a Rua 1451;
75. Aquisição, instalação, e doação de equipamentos (03 sensores por vídeo detecção, 03 instalações dos sensores, 01 módulo de interface e 01 instalação do módulo de interface), para medição de ocupação simples e contagem de veículos, para até 3 (três) faixas, incluso a licença do software. O sensor deverá ser compatível com o controlador semaforico utilizado no município. Quando da implantação, será solicitado à Autarquia Municipal de Trânsito - BC Trânsito a definição do local para torná-lo integrado à Central de Controle de Tráfego em tempo real do município e/ou para a prioridade seletiva ao Transporte Coletivo. O cruzamento semaforizado a ser instalado esses equipamentos deverá ser na Área de Influência Direta (AID) do empreendimento e deverá ser entregue a Autarquia Municipal de Trânsito - BC Trânsito em até 30 dias após a assinatura do Termo de Compromisso (TC);
76. Doação de cinco (05) placas de sinalização vertical refletivas indicativas de paradas de ônibus (seguindo especificações da Autarquia Municipal de Trânsito – BCTrânsito);
77. Manter todos os itens previstos em projeto no que tange: harmonização para o passeio público, iluminação adequada, acessibilidade e segurança;
78. Priorizar o recrutamento de trabalhadores do município de Balneário Camboriú.

Valor de Compensação:

Fica estabelecido o Valor de Compensação conforme abaixo:

Valor de Investimento: 34.204,05 CUB's

Valor de Contrapartida Financeira em CUB-SC: $34.204,05 \text{ CUB's} \times 0,79 \% = \mathbf{271,49 \text{ CUB's}}$.

Observações importantes:

Deverão ser observadas as disposições deste parecer e os dispositivos da LC nº 24/2018, ressaltando os arts. 16 e 17:

"Art. 16 No pedido de certidão de habite-se, o empreendedor **deverá comprovar à CEIV**, o recolhimento aos cofres públicos municipais, da medida compensatória, e o Relatório de Cumprimento das medidas mitigatórias. (grifo do autor)

Parágrafo único. As medidas compensatórias, resultantes do não cumprimento de medidas mitigatórias, previstas no art. 17, deste diploma legal, deverão ser pagas em uma única parcela, num prazo máximo de 10 (dez) dias, a serem contados a partir da notificação da CEIV ao empreendedor.

Art. 17 Verificado pela CEIV, **o descumprimento da execução de qualquer medida mitigatória**, estará o empreendedor sujeito a notificação, com direito a regularização em

até 5 (cinco) dias uteis, sendo que, **pelo não cumprimento ou na reincidência, será estabelecida medida compensatória, considerando 10 (dez) vezes o valor proporcional a medida mitigatória não executada.** "(grifo do autor)

O "Relatório de Cumprimento das Medidas Mitigatórias" será apresentado respondendo item a item do Termo de Compromisso (assinado entre município e empreendedor), comprovando o cumprimento de cada medida nas fases de implantação e operação.

Ressaltando que a análise do Estudo de Impacto de vizinhança não dispensa as demais licenças e autorizações cabíveis, é o que recomenda esta Comissão.

Considerando a versão final do EIV foi protocolada através do Despacho 19_e_28009/2024 e a manifestação do Despacho 21, aguardam-se as complementações para prosseguimento do processo com a emissão do termo de aprovação e do termo de compromisso.

Balneário Camboriú, 26 de julho de 2024.

Michela Denise Parno - SPU
Secretária da CEIV

CLELIA WITT SALDANHA - SPU
(Presidente da CEIV)

WALTER H. GRUETER NETO - SPU
(membro da CEIV)

ALEXANDRE GUISLOTE MOTTA - EMASA
(membro da CEIV)

LEANDRO GRZYBOWSKI DA SILVA – SEMAM
(membro da CEIV)

MAURINO ADRIANO VIEIRA – SPU
(membro da CEIV)

MATHEUS LOBÃO DE CARVALHO – SPU -
Trânsito
(membro da CEIV)

RAFAEL ESCOBAR DE OLIVEIRA -SPU
(membro da CEIV)

TAYNARA TRETTIN CAMPELLO – SPU
(membro da CEIV)

Obs: este parecer é assinado digitalmente, sendo válido somente com as respectivas assinaturas.



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 625F-AC9C-FCD1-31F4

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ **MATHEUS LOBÃO DE CARVALHO** (CPF 429.XXX.XXX-84) em 29/07/2024 11:00:09 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ **TAYNARA TRETTIN CAMPELLO** (CPF 024.XXX.XXX-96) em 29/07/2024 12:48:02 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ **LEANDRO GZYBOWSKI DA SILVA** (CPF 044.XXX.XXX-84) em 29/07/2024 13:56:02 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ **MICHELA DENISE PARNO** (CPF 004.XXX.XXX-24) em 30/07/2024 11:25:22 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ **MAURINO ADRIANO VIEIRA** (CPF 907.XXX.XXX-00) em 30/07/2024 11:30:39 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ **CLELIA WITT SALDANHA** (CPF 801.XXX.XXX-34) em 30/07/2024 12:57:19 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ **RAFAEL ESCOBAR DE OLIVEIRA** (CPF 914.XXX.XXX-34) em 30/07/2024 14:35:22 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ **WALTER HERBERT GRUETER NETO** (CPF 007.XXX.XXX-19) em 01/08/2024 13:11:56 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://bc.1doc.com.br/verificacao/625F-AC9C-FCD1-31F4>